A pesquisa em Comunicação e Desenvolvimento: 40 Anos de trajetória na Intercom[1]

Maria Salett Tauk Santos[2]
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo: O texto analisa os itinerários da Comunicação para o Desenvolvimento a partir do modelo funcionalista do Difusionismo modernizador à ruptura paradigmática a esse modelo, que combina marxismo e cristianismo na teoria dialógica da comunicação, inspirada em Paulo Freire. A análise contempla desde a criação do campo até as transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XXI, período no qual a Comunicação para o Desenvolvimento se volta à construção do desenvolvimento local. A intenção é cotejar a participação da Intercom na construção desses itinerários a partir de dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa evidenciou que a Intercom participa da construção do campo da Comunicação para o Desenvolvimento contemplando os diferentes paradigmas de cada época.

Palavras-chave: Comunicação para o desenvolvimento; desenvolvimento local; Intercom; modelos de comunicação.

Primeiros Passos

Os primeiros passos no campo dos estudos da comunicação para o desenvolvimento, se deram pelas abordagens da comunicação rural. Anos mais tarde eu iria definir o conceito de comunicação rural para a *Enciclopédia Intercom de Comunicação* (2010), como um processo comunicativo na perspectiva de construir mudanças para o desenvolvimento. A construção da mudança na perspectiva do desenvolvimento constitui, portanto, o cerne da comunicação rural, na medida em que a mudança é inerente à natureza e às práticas desse campo da comunicação (TAUK SANTOS, 2010).

[1] Trabalho apresentado ao GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM.
[2] Professora Titular da UFRPE , do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) e do Programa de Pós Graduação em Consumo e Desenvolvimento Social (PGCDS) da UFRPE .

E-mail: mstauk@terra.com.br

A partir de uma longa vivência no ensino, na pesquisa e na extensão, nessa matéria, passei a considerar a comunicação rural como indissociável da extensão rural, como o educador pernambucano Paulo Freire deu conta no seu livro *Extensão ou comunicação?* (1985). O que não é comunicação na extensão rural, não é da competência específica desse campo. É matéria da interdisciplinaridade com as ciências agrárias ou com outras ciências. Partindo dessa compreensão, portanto, extensão rural é comunicação rural e ambas, numa visão contemporânea, pertencem ao campo mais amplo da comunicação para o desenvolvimento.

O modelo de comunicação para o desenvolvimento no Brasil surge a partir da década de 1940, com a criação dos serviços de Extensão Rural pelo Governo brasileiro. O Estado, objetivando viabilizar a política modernizadora no campo, importa o modelo difusionista de Wisconsin e Michigan, contando com o apoio de organizações internacionais, como a Fundação Ford, a Fundação Rockfeller, a Fundação Kellogg, entre outras (TAUK SANTOS, 1994).

Através de um sistema organizacional articulado em todo território nacional, capitaneado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar) – depois Empresa Brasileira de Crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) –, o Governo cria um sistema de Comunicação Rural, segundo os preceitos do manual Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola, de Willy Timmer (1954), que recomendava "persuadir as populações rurais a aceitar a nossa propaganda". Referia-se às informações tecnológicas que a gente, ocupada em atividades agrícolas, deveria incorporar para que as mudanças sociais acontecessem na direção pretendida: a modernização do campo (TAUK SANTOS, 2000).

A corrente teórica que norteia o difusionismo baseia-se nos teóricos funcionalistas da comunicação para o desenvolvimento Daniel Lerner (1958); Everett Rogers (1962); Willbur Schramm (1964), entre outros (TAUK SANTOS, 2010). A influência do modelo difusionista modernizador, na comunicação para o desenvolvimento no ensino técnico e na pesquisa acadêmica, acha-se refletida, à época, nos livros publicados no Brasil voltados para a difusão de inovações, como *Comunicação das Novas Ideias*,

organizado por Gordon Whiting e Lytton Gimarães (1969); *Comunicação, Opinião, Desenvolvimento*, lançado em 1971 pelo professor José Marques de Melo; e a obra *Comunicação, Modernização e Difusão de Inovações no Brasil*, organizada igualmente pelo pesquisador José Marques de Melo, em 1976. Esta última é emblemática da abordagem teórica da difusão de inovações no Brasil, como assinala Callou (1999), pois ajudou, juntamente com os cursos de mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (RS), da Universidade Federal de Viçosa (MG), e o curso de Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a construir e consolidar a perspectiva de difusão de inovações das Ciências Agrárias e da Comunicação (TAUK SANTOS; CALLOU, 2014).

A principal crítica a este modelo vem de Paulo Freire no seu livro *Extensão ou Comunicação*? Retrucando a postura persuasora subjacente ao modelo difusionista estatal ele afirma: "a nós não nos é possível persuadir e aceitarmos a persuasão como ação educativa... nem aos camponeses, nem a ninguém se persuade ou se submete à força mítica da propagando quando se tem uma opção libertadora" (FREIRE, 1979, p. 23).

A proposta de Freire, consolidada na Comunicação Rural na década de 1970, através dos estudos de Juan Diaz Bordenave (1978), Horácio Martins (1980), João Bosco Pinto (1978), Ramiro Beltrán (1981), entre outros, fundamenta-se numa "opção libertadora", cujo sentido é a problematização da situação concreta, objetiva, real dos homens para que esses homens, captando a sua realidade de maneira crítica, sejam capazes de atuar sobre essa realidade para transformá-la (FREIRE, 1979).

É importante assinalar a perspectiva de orientação marxista-cristã na proposta de Paulo Freire que vinha ao encontro da América Latina dos anos 1970: um continente oprimido pelas ditaduras militares, pelo imperialismo econômico e cultural e pela opressão vivida pelos operários e camponeses em mãos das elites econômicas do País. A ideia dominante na época apontava para a necessidade de "libertação" do continente latino-americano oprimido pelas ditaduras militares e pelo imperialismo econômico e cultural, exercido externamente pelos Estados Unidos e por alguns países da Europa Ocidental. E principalmente em nível interno movido pelo desejo de "libertar" as

classes populares urbanas e rurais, operários e camponeses, da opressão das elites econômicas que os subordinavam sob a anuência dos Estados nacionais (TAUK SANTOS, 2001).

No enfrentamento desse cenário começam a se proliferar, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, experiências de comunicação dialógica para o desenvolvimento através de meios alternativos – o rádio e a comunicação interpessoal – capitaneados por organizações não-governamentais. Voltadas ao trabalho de conscientização e organização populares, essas ONGs eram em grande parte financiadas por agências internacionais ligadas às Igrejas, principalmente a Católica, que havia optado pelo trabalho com os pobres (TAUK SANTOS, 2002).

Tendência também observada no ensino das Ciências Agrárias nas universidades brasileiras que aos poucos vão atualizando os repertórios das disciplinas Extensão Rural e Comunicação Rural. Se em períodos anteriores essas disciplinas eram voltadas a formar profissionais para atuar em programas de desenvolvimento rural na linha difusionista, agora passam a priorizar a comunicação para a participação dos segmentos de contextos populares.

Os anos de 1980 foram fundamentais para a consolidação da perspectiva freiriana no cenário empírico e teórico da comunicação para o desenvolvimento. Na prática, a flexibilização dos regimes autoritários, com a queda das ditaduras na América Latina, particularmente no Brasil, faz com que o Estado brasileiro incorpore o discurso freiriano da participação popular na Comunicação (TAUK SANTOS, 1994).

É importante salientar que essa postura não representou uma ruptura com o modelo difusionista modernizador, entretanto, nos contextos acadêmicos, é visível o esforço e a mobilização de professores e pesquisadores no sentido de alinhar a comunicação para o desenvolvimento ao modelo da comunicação dialógica participativa. É neste cenário que se inicia a atuação da Intercom no campo da Comunicação para o Desenvolvimento. Destacam-se nesse período trabalhos de pesquisadores que inovaram o objeto da comunicação para o desenvolvimento nas escolas e nos programas de pós-graduação, incorporando ao campo temas emergentes como a ecologia, em iniciativas como a realização do III Seminário Brasileiro de

Comunicação Rural, cujo tema, "Comunicação Rural e Ecologia: um cruzamento inevitável dos anos 90", marcou a primeira aproximação sistemática da comunicação com a ecologia, no Brasil; a participação popular e os estudos de recepção em trabalhos como *Estudos de Comunicação Rural*, organizado por Miguel Angelo da Silveira e João Carlos Canuto; Comunicação, Discurso e Prática (1993), organizado por Geraldo Magela Braga e Margarida Krohling Kunsch; Igreja e pequeno produtor rural: a comunicação participativa do Programa Cecapas/Serta (TAUK SANTOS, 1994) e Comunicação Rural e o Novo Espaço Agrário (1999), organizado por Angelo Brás Fernandes Callou.

Fiel ao espírito do tempo e buscando manter sintonia com as demandas coletivas, como afirma Marques de Melo(2008) a Intercom elege como tema do seu Congresso anual em 1992 "Comunicação e Meio Ambiente", a partir do qual foi produzido o livro homônimo, coordenado pelas pesquisadoras da Intercom Ada Dencker e Margarida Kunsch (1996)

Comunicação para o desenvolvimento no Século XXI

O comportamento contemporâneo de aceleramento do processo de globalização da economia, o incremento das políticas neoliberais e suas consequências, como a crise do desemprego e do Estado-providência, o enfraquecimento da utopia socialista e o ainda consequente agravamento dos processos de exclusão social que marcam os anos 1990 levaram as políticas de Comunicação Rural – governamentais e não-governamentais – a um impasse.

As políticas de Comunicação para o desenvolvimento que durante quatro décadas oscilam entre os esforços governamentais de promover o desenvolvimento nacional e a modernização da agricultura e o trabalho das ONGs e da Igreja Católica que, apoiando os movimentos sociais, buscaram alternativas ao modelo modernizador via construção de uma nova sociedade mais igualitária veem, a partir do final da década de 1980, esgotadas as doutrinas que alimentavam os seus paradigmas. As doutrinas mudaram, os atores sociais também.

A perspectiva do desenvolvimento nacional cede lugar à construção do desenvolvimento local, conectado à globalização. O Estado, sujeito às regras da reestruturação mundial e da crise das despesas públicas, procura intervir de forma localizada em parceria com os diferentes setores da sociedade. As ONGs e os movimentos sociais antes "de costas para o Estado" reorientam as suas ações procurando estabelecer parcerias com o setor público. A Igreja, que nos anos 1960 e 1970 fizera a opção pelos pobres, através do trabalho militante nas bases, vive o refluxo dessa opção, emanado do Vaticano, e volta a dar ênfase ao trabalho carismático nos templos. A universidade, que historicamente direcionou o ensino da Comunicação Rural à formação de profissionais para atuar como agentes do modelo modernizador estatal, procura, agora, formar um profissional com um perfil para atuar nos processos de desenvolvimento local (TAUK SANTOS, 1998).

Os Novos Sentidos do Desenvolvimento

As mudanças que engendraram os novos sentidos do desenvolvimento nos anos 1990 têm na globalização um dos seus principais referentes. A globalidade como assinala Thornthon (2006) inclui muitas dimensões como a tecnológica, econômica, cultural, político-institucional e ambiental, que tem como referente político o modelo democrático e no domínio econômico, a ideologia capitalista. Os sistemas econômicos centraram-se na liberalização da economia, na desregulamentação dos mercados, na redução do Estado, na confiança do papel dos mercados como avaliadores de recursos e na crença de que o crescimento econômico garantiria necessariamente seus benefícios ao conjunto da sociedade (THORNTHON, 2006).

A crise operada pela tecnologia, pelo aceleramento do processo de globalização da economia; as políticas neoliberais e suas consequências como a crise do desemprego e do Estado-providência e dos efeitos desastrosos do modelo modernizador sobre o meio ambiente colocaram, como assinala TAUK SANTOS (2002), novos desafios ao desenvolvimento rural. Desafios de incorporar às políticas públicas de desenvolvimento e ao debate teórico da comunicação para o desenvolvimento às novas concepções

contemporâneas sobre o espaço rural, que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas num mesmo território agrário, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento local.

Novos conceitos sobre o rural

O debate sobre o novo rural no Brasil contemporâneo tem três aspectos: um associado a uma nova compreensão do território rural e o outro que se refere às novas atividades e aos novos modos de vida. Para Eli da Veiga (2002), o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios brasileiros que abrigam 30% dos habitantes utilizando critérios do número de habitantes combinado com a densidade demográfica. O autor considera que o Brasil rural é composto de 4.485 municípios formados por vilarejos e vilas.

O segundo aspecto refere-se às atividades produtivas e ao modo de vida das populações rurais. A mundialização da cultura massiva, respaldada pela tecnologia, tem cada vez mais homogeneizado a forma das populações rurais darem sentido às suas vidas no trabalho, como no lazer, na saúde, na educação, e até na fé, através do consumo (TAUK SANTOS, 2002). Nesse sentido, o forte processo de urbanização a que está submetido o espaço rural suscita a necessidade de ampliar, como enfatiza José Graziano, o rural "para além das atividades produtivas tradicionais (tais como culturas e criação de animais) e incluir no espaço agrário a produção de serviços (tais como lazer, turismo, preservação do ambiente, etc.) e de bens não-agrícolas como, por exemplo, moradia e artesanato, incluindo aí também as formas modernas de trabalho a domicílio" (GRAZIANO, 1993, p. 11).

Um terceiro aspecto diz respeito à construção do desenvolvimento local sustentável. A noção de sustentabilidade foi incorporada à construção de um paradigma de desenvolvimento mundial associado ao aceleramento do processo de globalização, como diz Sérgio Buarque, cuja ação inclui integração econômica, formação de blocos regionais e de grandes redes empresariais que atuam em escala global. Paradoxalmente, afirma o autor, "nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local e a

descentralização econômica, social e política, e tão visíveis os movimentos localizados e endógenos de mudança e desenvolvimento" (BUARQUE, 2002, p. 25).

Nessa perspectiva o desenvolvimento local se materializa no acesso das pessoas não apenas à renda, mas também ao conhecimento e à proximidade de instâncias de poder e governos, dando-lhes instrumental necessário para influenciar as decisões político-administrativas em suas comunidades (FRANCO, 2000). Pois, como assinala o autor, não basta crescer economicamente, é preciso garantir o acesso das pessoas não apenas à renda, mas à riqueza, ao conhecimento e à capacidade de influir nas decisões públicas. Para o autor, o desenvolvimento local constitui uma estratégia que favorece a conquista da sustentabilidade na medida em que conduz à construção de comunidades sustentáveis. Processo este que favorece, como ressalta Carlos Jara (2001), à participação de autores locais na construção de uma nova cidadania, que inclui o bem-estar econômico, a preservação ambiental, a equidade social, a identidade cultural e o atendimento das necessidades humanas básicas.

O desenvolvimento local entendido como um "processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e grupamentos humanos" (BUARQUE, 2002, p. 25). Para se tornar sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar as energias endógenas e contribuir para levar as oportunidades sociais e competitividade da economia local e assegurar a conservação dos recursos naturais, condição indispensável à qualidade de vida das populações locais.

Além disso, o desenvolvimento local requer mudanças institucionais no sentido de otimizar a governança das instituições públicas locais que possibilitem investimentos sociais estratégicos para a localidade. A construção do desenvolvimento local sustentável exige, portanto, como assinala Buarque, a combinação de três condições essenciais: a qualidade de vida da população local, redução da pobreza, geração e distribuição da riqueza; a eficiência econômica agregando valor à cadeia produtiva; e a gestão pública eficiente.

Na nova proposta de construção do desenvolvimento local e sustentável, a comunicação para o desenvolvimento tem um novo e fundamental papel para garantir ações como mobilizar as populações para o aproveitamento dos recursos e energias endógenas; ampliar a capacidade de autogestão das populações envolvidas nos processos de desenvolvimento; estimular a participação das populações nas instâncias de representação política e nas redes sociais; garantir a oportunidade para que os projetos de desenvolvimento sejam resultado das aspirações das pessoas envolvidas; estabelecer parcerias entre organizações governamentais, não-governamentais e populações locais; e, sobretudo, mobilizar as populações para a construção da sustentabilidade econômica, ambiental e social das ações do desenvolvimento (TAUK SANTOS, 2014).

Em 2008, novamente a Comunicação para o desenvolvimento foi contemplada por meio da realização do Congresso Intercom, realizado em Natal que elegeu como tema" Mídia, Ecologia e Sociedade", dando origem ao título do livro, organizado pelo então presidente da Intercom, Jose Marques de Melo.

Finalmente em 2009 o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local- Posmex, da Universidade Federal Rural de Pernambuco propõe à Intercom a criação do GP- Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local.

A criação do GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local

A proposta teórica do Posmex, ampliada pela adesão de pesquisadores no campo da comunicação para o desenvolvimento das diversas regiões do País e de alguns países estrangeiros, serviu de base para a criação na Intercom do GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, em 2009. O Grupo de Pesquisa acha-se abrigado na divisão temática (DT) Comunicação, Espaço e Cidadania da Intercom. Em seus oito anos de funcionamento, o GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local pode ser considerado hoje um importante indicador para traçar um panorama das tendências da pesquisa em comunicação para o desenvolvimento no País.

A partir dos dados da pesquisa podemos traçar um panorama das tendências da pesquisa em Comunicação para o desenvolvimento no Brasil e a partir deles chegar a algumas inferências:

1. A comunicação para o desenvolvimento no país volta-se significativamente para as realidades dos contextos populares e rurais;

2.Como era de se esperar, por se tratar de estudos de comunicação, as pesquisas envolvendo mídias representam uma fatia importante no conjunto dos temas analisados;

3. As políticas públicas de comunicação para o desenvolvimento representam um tema dos mais recorrentes, possivelmente em razão de que a comunicação para o desenvolvimento acha-se atrelada às ações das políticas públicas;

4. Um aspecto que chama atenção no estudo é a importância relativa do tema Juventude, que já ocupa um importante espaço nos estudos de comunicação para o desenvolvimento analisados. Reflexo da ênfase que tem sido dada ao assunto pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), contemplada na Lei 12.188/2010.

5. É expressivo o número de estudos que abordam a temática do desenvolvimento local envolvendo a cibercultura. Notadamente sobre usos e apropriações das redes sociais em contextos populares.

Considerações Finais

Para finalizar, e sem a pretensão de trazer ideias conclusivas, gostaríamos de deixar duas questões para reflexão dos professores e pesquisadores da comunicação para o desenvolvimento no Brasil. Considerando que os problemas que desafiam o desenvolvimento do País no século XXI são exaustivamente conhecidos, que seus atores, vítimas da pobreza e da exclusão social estão por demais identificados, que estratégias de comunicação para o desenvolvimento, hoje voltadas para o desenvolvimento local, poderiam ser formatadas no sentido de viabilizar a ação do pesquisador para produzir um conhecimento que venha ao encontro dos movimentos

sociais de homens, mulheres, jovens, negros, índios, quilombolas, agricultores familiares, povos das águas e das florestas, para construírem a inclusão social em todos os níveis? Um ponto de partida possível seria avançar nos temas em que a pesquisa identificou como menos recorrentes, a sustentabilidade ambiental e as tecnologias de informação e comunicação. No que se refere à sustentabilidade ambiental, por que não é mais possível pensar o desenvolvimento sem considerar os impactos ambientais e sua repercussão no futuro; e as tecnologias da informação e comunicação, porque constituem hoje uma gramática imprescindível para que as populações de contextos sociais desfavorecidos produzam seus conteúdos, dando sequência às suas lutas emancipatórias.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALLOU, A. B. F. (Org.). **Comunicação rural e o novo espaço agrário**. São Paulo: Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1999.

_____. **Comunicação rural, era tecnológica e desenvolvimento local**. Recife: Bagaço, 2002.

_____. **Ciberextensão**. In: CALLOU, A. B. F. ; TAUK SANTOS, M.S. Extensão rural-extensão pesqueira: estratégias de comunicação para o desenvolvimento. Recife: FASA, 2014, p. 677- 692.

CALLOU, A.B.F. ; TAUK SANTOS, M.S.. **Estratégias governamentais de comunicação para o associativismo e desenvolvimento local** In: TAUK SANTOS, Maria Salett, CALLOU, Angelo Brás Fernandes (Org.). Associativismo e desenvolvimento local. Recife: Bagaço. 2006.

CALLOU, A.B.F.; TAUK SANTOS, M.S.. **Extensão rural-extensão pesqueira: estratégias de comunicação para o desenvolvimento**. Recife: FASA, 2014, 692 p.

CALLOU, A.B.F.; TAUK SANTOS, M.S. **Políticas públicas e associativismo agrícola no Nordeste do Brasil**. Revista da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo, Sherbrooke, Canadá, vol. 6, n. 1, p.33-47, out. 2008.

FRANCO, A. de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 2ª Ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FREIRE, P.. **Extensão ou comunicação?** 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1979

GARCÍA MÁRQUEZ, G. **Viver para contar**. Tradução Eric Nepomuceno. 10ª Ed. São Paulo: Record, 2013

JARA, Carlos J. **As dimensões intangíveis de desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2001.

MARQUES DE MELO, J. (Org.) **Mídia, Ecologia e Sociedade**. São Paulo: Intercom, 2008

SILVA, José Graziano da. **Por um novo programa agrário**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA n.2 vol.23 mai/ago 1993, p.5-16.

TAUK SANTOS, M.S. **Comunicação para o Desenvolvimento Redes da Memória.** Recife: CEPE, 2016

TAUK SANTOS, M.S. e CALLOU, A.B.F. **Itinerários teóricos da comunicação e educação para o desenvolvimento local.** *In* MORAIS, O.J. (Org.). **Ciências da Comunicação e Processo: paradigmas e mudanças nas pesquisas em comunicação no século XXI.** São Paulo: Intercom, 2014. PP 487-519.

TAUK SANTOS, M. S. (Org.). **Inclusão digital, inclusão social? Usos das tecnologias da informação e comunicação nas culturas populares**. Recife: Bagaço, 2009.

_____. **Comunicação rural e mercado de trabalho na era tecnológica: o desenvolvimento local está na pauta**. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes (Org.). Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2002.

_____. **Comunicação rural-velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local.** In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRAUMEIGS, Divina; TAUK SANTOS, Maria Salett (Org.). Comunicação e informação: identidades e fronteiras. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000.

_____. **Igreja e pequeno produtor rural: a comunicação participativa do programa Cecapas/ Serta**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação ECA- USP).

THORNTON, R.D. **Los anõs 90 y el nuevo siglo en los sistemas de extensión rural y transferencia de tecnologia publicos em el Mercosur 1 ed.** Santa Rosa: Base 1, 2006.

VEIGA, J.E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.